CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Os correspondentes bancários capilarizam o crédito ao pequeno empreendedor e reduzem os custos operacionais, além de serem mais familiares à população do que as agências bancárias convencionais

POR EDUARDO CARLOS FERREIRA

No clássico artigo “A riqueza na base da pirâmide”, C. K. Prahalad e S. L. Hart chamam a atenção para a importância de grandes corporações mobilizarem sua capacidade de investimentos e inovação para solucionar problemas das classes menos favorecidas da sociedade. A criação de oportunidades para as maiorias, se bem conduzida, atingiria dois objetivos fundamentais e não excludentes. Em primeiro lugar, seria uma excelente oportunidade de negócios, atingindo imenso nicho até então pouco explorado. Em segundo, teria grande impacto social, provocando transformações sociais na base da pirâmide econômica.

Para o prof. Stuart Hart, da Universidade Cornell, a verdadeira política de responsabilidade social está fundamentada na inclusão de pessoas de baixa renda no mercado. Ele afirma categoricamente que o futuro das empresas e do próprio capitalismo depende de novo modelo de negócios, baseado na criação de produtos e serviços acessíveis aos 4 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$ 1.500 por ano.

Entre as iniciativas que atingem o duplo objetivo de impacto social e relevância econômica, destacam-se as microfinanças e o microcrédito.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO. O prêmio Nobel da Paz concedido a Mohammad Yunus, fundador do Grammen Bank, em 2006, colocou, merecidamente, as microfinanças entre os principais temas de discussão da atualidade. Anteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) já havia elegido 2005 como Ano Internacional do Microcrédito e colocado as microfinanças entre as Metas de Desenvolvimento para o Milênio.

Não há consenso na literatura acadêmica e executiva sobre o uso dos termos “microfinanças” e “microcrédito”, muitas vezes utilizados como sinônimos. Neste artigo, consideraremos a definição proposta pelo Banco Central, que conceitua as microfinanças como o conjunto de produtos e serviços financeiros oferecidos para as camadas de mais baixa

renda da população. O microcrédito é um subconjunto das microfinanças, podendo ser definido como o crédito oferecido para essa população. O microcrédito produtivo, por sua vez, consiste na oferta de crédito para microempreendedores.

No Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central criaram medidas regulamentadoras com o objetivo de favorecer a disseminação da prestação de serviços microfinanceiros, especialmente por meio do corporativismo de crédito, do microcrédito e dos correspondentes bancários.

A população de baixa renda demonstra grande inclinação para atividades empreendedoras e depende de crédito para desenvolvê-las, enfrentando imensas dificuldades para obtê-lo pelas formas convencionais. Uma alternativa inovadora é o microcrédito produtivo.

Nessa modalidade, o processo de análise de crédito está fundamentado na figura do agente de crédito, profissional que visita o empreendedor e toma a sua decisão a partir de uma entrevista detalhada sobre o plano para a utilização dos recursos e o resultado financeiro que o investimento provocará. Não são exigidas garantias, nem que o empreendimento seja formal. O limite de crédito, comparativamente aos empréstimos oferecidos pelas

O MICROCRÉDITO PROMOVE MUDANÇAS ECONÔMICAS LOCAIS AO DESENVOLVER NOVOS E MULTIPLICAR ANTIGOS MERCADOS, FORTALECER A LIVRE INICIATIVA E INVESTIR EM REGIÕES PERIFÉRICAS

financeiras convencionais, é significativamente mais elevado, e as taxas de juros são mais adequadas.

CORRESPONDENTES BANCÁRIOS. Em relação aos países em desenvolvimento, o Brasil é tido como detentor de um mercado financeiro muito desenvolvido e altamente sofisticado. Apesar disso, os postos de atendimento do sistema financeiro convencional não seriam suficientes para atender toda a população, em especial a localizada nas regiões mais remotas.

O país conta hoje com cerca de 18.500 agências bancárias e 6.650 postos de atendimento. Os clientes também podem utilizar em torno de 35 mil caixas eletrônicos. Entretanto, para um país com dimensões continentais, esse acesso não é suficiente. Em 1973, foi criado o primeiro regulamento que permitia que os estabelecimentos bancários contratassem pessoas jurídicas para a prestação de serviços financeiros, de maneira muito restrita.

Em 1999, com a Resolução n. 2.640, o leque de serviços oferecidos pelos correspondentes bancários foi ampliado. Desde então, estabelecimentos comerciais podem fazer operações que anteriormente só estavam disponíveis em agências bancárias, em especial o recebimento e pagamento de contas e convênios. O modelo de correspondentes bancários é considerado um elemento fundamental na democratização do acesso a produtos e serviços financeiros no país.

Esse modelo é considerado um grande exemplo dos mecanismos que permitem o acesso aos serviços financeiros e barateiam o custo dos serviços do sistema financeiro formal. Hoje, estima-se que haja cerca de 112 mil correspondentes bancários espalhados pelo país, e que mais de 40 milhões de brasileiros utilizem seus serviços. A importância dos correspondentes bancários para a população de baixa renda também foi destacada pela pesquisa sobre Economia Informal

O MODELO É CONSIDERADO UM ELEMENTO FUNDAMENTAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS NO PAÍS

Urbana (ECINF) realizada pelo IBGE em 2003, que apontou que cerca de 37% dos empreendedores informais utilizavam esses estabelecimentos para as suas transações financeiras.

As vantagens do modelo não se limitam à facilidade de acesso e à redução de custos operacionais. A população de baixa renda está mais familiarizada com o ambiente de lojas do comércio que de agências bancárias. Sua rotina é mais adaptada ao horário de funcionamento do comércio do que ao dos bancos. Além disso, para o comércio, o novo fluxo de clientes é muito positivo, já que favorável a compras por impulso e gerador de receita adicional pela prestação de serviços.

Além do Brasil, outros países da América do Sul utilizam soluções semelhantes de inclusão financeira, entre eles o Peru e a Colômbia. Lá, curiosamente, o sistema é conhecido como de “correspondentes não bancários”. ✖